



RASTROS DE UMA HETEROTOPIA URBANA: O CASO DO PARQUE IBIRAPUERA, SP

TRAILS OF AN URBAN HETEROTOPIA:
THE CASE OF IBIRAPUERA PARK, SP

HUELLAS DE UNA HETEROTOPÍA URBANA:
EL CASO DEL PARQUE IBIRAPUERA, SP

*Ana Paula Nunes Chaves
Julio Groppa Aquino*

RESUMO

O presente artigo baseia-se nas reflexões de Michel Foucault acerca da temática da espacialidade com vistas a formular um panorama teórico sobre a noção de espaço e, especificamente, sobre os espaços heterotópicos. Acerca destes, Foucault propôs uma abordagem singular ao colocar em destaque espaços outros, os quais denotariam seu caráter marginal, conflitante e subversivo em relação à ordem instituída. A título de exploração de tal hipótese geral, apresentam-se os resultados de uma investigação acerca do Parque Ibirapuera, ícone urbano da cidade de São Paulo, segundo duas frentes de trabalho complementares: documentos oficiais sobre o Parque e discursos jornalísticos veiculados a seu respeito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 1954 a 2014. Os dados analisados permitiram identificar um modo de governo que traslada a ortopedia social para o controle do espaço e das condutas, por meio do isolamento do desvio e da modulação econômica por ele gerada; detectou-se também que, mediante tal processamento, despontam rastros heterotópicos como respostas imprevistas às estratégias de governamento, ou seja, como imaginações criativas que, posicionando-se no desvio e em outros modos de existência possíveis, desafiam os mecanismos de controle vigentes. A argumentação final encaminha-se no sentido da defesa de novas perspectivas no que se refere ao trabalho analítico devotado às espacialidades urbanas, em favor de uma compreensão alargada dos vínculos que se estabelecem entre espaço, governo, resistência e (re)criação espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço. Espacialidade. Heterotopia. Michel Foucault. Parque Ibirapuera.

ABSTRACT

This paper is based on Michel Foucault's reflections on the theme of spatiality in order to formulate a theoretical overview of the notion of space and, especially, of heterotopic spaces. Regarding the latter, Foucault proposed a unique approach by highlighting other spaces, which denote their marginal, conflicting and subversive purposes in relation to established order. By way of exploring such a general hypothesis, the paper presents the results of an investigation about Ibirapuera Park, urban icon of the city of Sao Paulo, according to two complementary work fronts: official documents on the Park and journalistic discourses about it published in the newspaper *O Estado de S. Paulo* from 1954 to 2014. The data analyzed identified a mode of government which turns from social orthopedics to space and conduct control, by isolating deviance and economic modulation generated by it; also, it was detected that, in face of such process, heterotopic trails emerge as unexpected responses to the strategies of governing, that is to say, as creative imagination that challenge the current control mechanisms by positioning itself in the deviance and other possible modes of existence. The paper concludes heading towards the defense of new perspectives with regard to analytical work devoted to urban spatialities, in favor of a broad understanding of the links established among space, government, resistance and spatial (re)creation.

KEYWORDS: Space. Spatiality. Heterotopia. Michel Foucault. Ibirapuera Park.

RESUMEN

Este artículo parte de las reflexiones de Michel Foucault sobre el tema de la espacialidad con el fin de formular una visión teórica de la noción de espacio y, específicamente, los espacios heterotópicos. En estos, Foucault propone un enfoque único para poner en evidencia espacios otros, que denotan su carácter marginal, conflictivo, subversivo en relación a la orden establecida. A modo de exploración de una hipótesis general de este tipo, se presentan los resultados de una investigación sobre el Parque Ibirapuera, icono urbano de la ciudad de São Paulo, de acuerdo con dos frentes de trabajo complementarias: documentos oficiales sobre el Parque y discursos periodísticos a su respecto por el diario *O Estado de S. Paulo* de 1954 a 2014. Los datos analizados identifican un modo de gobierno que ahora se mueve a la ortopedia social para el control del espacio y las conductas, mediante el aislamiento de desvío y la modulación económica generada por él; también se detectó que en este proceso, emergen características heterotópicas como respuestas inesperadas a las intenciones del gobierno, es decir, como imaginaciones creativas que, a posicionarse en el desvío y otros posibles modos de existencia, desafían los mecanismos de control existentes. Los hallazgos se dirigen hacia la defensa de nuevas perspectivas con respecto a la investigación analítica dedicada a las espacialidades urbanas, a favor de una amplia comprensión de los vínculos que se establecen entre el espacio, el gobierno, la resistencia y la (re)creación espacial.

PALABRAS CLAVE: Espacio. Espacialidade. Heterotopia. Michel Foucault. Parque Ibirapuera.

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço.
Michel Foucault

1 INTRODUÇÃO

Transcorridas mais de cinco décadas da publicação de *História da Loucura* (1961), o primeiro grande livro de Michel Foucault, o pensador francês tem se mostrado cada vez mais presente no cenário acadêmico científico. Mesmo depois de praticamente três décadas de seus últimos escritos, ele ainda provoca o debate e reverbera o potencial produtivo de seu pensamento na produção acadêmica brasileira. Em razão da envergadura de sua obra, a qual resulta, em grande parte, de sua constante inquietação e estranhamento em relação aos regimes de verdade em circulação, Foucault têm se convertido em referência quase inevitável para uma leitura acurada da contemporaneidade, no que se refere às relações de saber-poder, à subjetividade, à política, à arte, à sexualidade e, especialmente para este artigo, às espacialidades.

Foucault preocupou-se em oferecer uma leitura espacial das relações saber-poder-subjetivação: suas fronteiras, suas margens, do que é arremessado para fora do limite, daquilo que repousa na periferia. Isso foi operado por meio da tematização dos anormais, da loucura, do corpo, da sexualidade, ou seja, as forças que a racionalidade moderna obstinou-se em disciplinar, normalizar, governar etc. Para o pensador, o espaço é multifacetado e composto por múltiplas apropriações conflitantes; ele é, inclusive, móvel, temporário e, até mesmo, imaginário.

Acerca destes, Foucault propôs uma abordagem singular ao conferir destaque a espaços outros, os quais denotariam seu caráter marginal, conflitante, subversivo e inversor das ordens instituídas. Seriam contra espaços, lugares reais fora de todos os lugares, cujas funções remetem, essencialmente, à contestação de todos os outros espaços. Para tratar desses espaços *outros*, Foucault fez uso da noção de heterotopia.

A análise de tais espaços heterotópicos possibilitaria novos arranjos espaciais e confeririam uma interpretação mais plural da própria sociedade. Foucault avaliava que, uma vez esgotadas as análises totalizadoras e unificantes dos espaços, seria possível dar visibilidade a novos atores e fenômenos sociais até então marginais, e o próprio dinamismo social seria exposto em seus conflitos e em diferentes representações.

Partimos do pressuposto de que uma análise das relações espaciais sob o timbre foucaultiano expressaria não somente como os lugares estão organizados, mas também a articulação de interesses de diferentes ordens: dimensões subjetivas engendradas pelo governo das espacialidades, bem como as rotas de escape por aqueles que delas fazem uso.

Desse modo, apreender os processos de produção e organização do espaço auxilia a pensar o complexo jogo por meio do qual se produz coletiva e subjetivamente o mundo que não apenas nos rodeia, mas que também nos compreende. Isso implica perspectivar como as relações sociais produzem, controlam e constroem espaços por sujeitos transformadores, ativos e inventivos, os quais forjam novas e distintas formas espaciais.

Assim, almejamos aqui colocar em causa os atores e as práticas atuantes na produção desses espaços. Para tanto, perguntamo-nos sobre os espaços e as espacialidades do Parque Ibirapuera, uma vez que o concebemos como articulador de uma série de experiências formativas na paisagem urbana da cidade de São Paulo. Em seguida, a fim de conhecer como tal processo se desenvolver, seguimos duas frentes de trabalho complementares: a análise de documentos oficiais acerca do Parque¹ e de discursos jornalísticos veiculados a seu respeito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1954 e 2014; bem como a observação e o registro de algumas práticas ali em curso.

2 O LEGADO DE MICHEL FOUCAULT PARA OS ESTUDOS DA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS

A conferência radiofônica intitulada *As heterotopias* foi proferida por Michel Foucault em 21 de dezembro de 1966 a um grupo de arquitetos franceses no *Circle d'Études Architecturales* de Paris. Apesar de pronunciada no final da década de 1960, a conferência ficou repousando por quase 20 anos, e foi somente em 1984 que, após uma revisão, Foucault autorizou a publicação da conferência sob o título de *Des espaces autres (Outros espaços na edição brasileira)* (FOUCAULT, 2013a; 2013b).

Para tratar dos espaços justapostos, que invertem, suspendem ou neutralizam o oficialmente instituído, Foucault formula a noção de heterotopia: lugares-outras que não estão nem aqui, nem lá, que estão fora de todos os lugares, mas que possuem uma posição

¹ As fontes documentais eleitas são documentos oficiais que instituíram as prerrogativas para a criação do Parque, bem como para seu funcionamento atual. Em destaque, os Planos Diretores do Parque Ibirapuera, o Regulamento do Parque, o Anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo (NIEMEYER, 1952) e os Processos do Fundo da Comissão do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, que atualmente totalizam 7.500 registros reunidos no Arquivo Histórico de São Paulo.

localizável. Segundo Valverde (2007), a noção põe em relevo os pontos de instabilidade no equilíbrio da vida social moderna ao tratar da apropriação dos espaços. Elas, as heterotopias, materializam-se em

[...] espaços em que a memória política e institucional não se apresentam de maneira decisiva, em espaços nos quais as classificações funcionais não se aplicam, em espaços nos quais as regras de convivência não são encontradas na civilidade e na polidez que são previstas no contrato social moderno (p. 172).

Em suma, trata-se de espaços que invertem as classificações funcionais instituídas, onde não se aplicam as regras previstas por um controle social e cujos efeitos acabam por expor os pontos de instabilidade da esfera social.

Buscando exemplificar as heterotopias, Foucault (2013b) definiu seis princípios básicos de inteligibilização da noção. O primeiro deles remete ao fato de que todas as culturas existentes formam e criam heterotopias que separam determinados grupos da sociedade. Para o autor, estas assumem variadas formas e podem ser classificadas em duas categorias: as heterotopias de crise e as de desvio. As primeiras, típicas de sociedades primitivas, exibem-se por meio daqueles lugares privilegiados, sagrados ou proibidos. Nesse tipo de heterotopia encontram-se grupos sociais em situação de crise, como as mulheres recém-casadas em busca de um lugar sagrado para sua lua-de-mel e os jovens em colégios internos ou no serviço militar. Para Foucault, essas heterotopias de crise estão desaparecendo e vêm sendo substituídas pelas de desvio. Nestas, os indivíduos que habitam esses espaços apresentam comportamentos desviantes em relação à norma, como em hospitais psiquiátricos e em presídios.

Quanto ao segundo princípio, Foucault alerta que as heterotopias variam em razão do tempo e da cultura. À medida que a história da sociedade se desenvolve, a heterotopia até então existente pode dar lugar a uma função diferente da original. Exemplo disso é o que teria ocorrido com os cemitérios nos séculos XVIII e XIX, quando receberam outra ordenação espacial e funcional. Antes situados no centro da cidade, próximos à igreja e ao sagrado, mais tarde foram deslocados para os subúrbios, por meio de medidas higienistas e por conta da inclinação de se tratar a morte como doença.

O terceiro princípio, por sua vez, anuncia que as heterotopias podem unir, em um só lugar, múltiplos espaços incompatíveis. Como exemplos, Foucault cita o teatro e o cinema. Seja em um palco ou em uma tela, o entrar e o sair de cena alternam-se e expressam uma série de lugares distintos.

O quarto princípio refere-se às heterotopias como espaços que podem se conectar em diferentes períodos de tempo, estabelecendo, assim, uma relação com o conceito de heterocronia. Para Foucault, os espaços heterotópicos – como os museus e as bibliotecas – pretendem aprisionar em um espaço fechado uma espécie de acumulação perpétua e indefinida de experiências, formas e gostos temporais. Foucault, no entanto, traz à baila as feiras, circos e festivais, os quais não são orientados para o eterno, mas são de absoluta cronicidade, isto é, acontecem em determinado lugar e em determinado espaço de tempo.

De acordo com o próximo princípio, as heterotopias são locais separados da sociedade e com regras que limitam sua entrada e saída. O pensador pretende mostrar, assim, que as heterotopias pressupõem um sistema de abertura e fechamento, no que diz respeito à acessibilidade. A entrada nesses espaços é restrita, mas “há outras, pelo contrário, que parecem puras e simples aberturas mas que, em geral, escondem curiosas exclusões” (FOUCAULT, 2013b, p. 423). Nessas heterotopias todos podem entrar, mas isso é apenas uma ilusão: ao entrarem, são excluídos. Como acontecia nos antigos casarões que serviam de hospedaria para viajantes. Lá, cada viajante tinha acesso simplesmente a seu quarto; o acesso ao restante da casa era restrito, de modo que o espaço do quarto era colocado em posição de isolamento.

No bojo do último princípio, Foucault declara que as heterotopias possuem uma função específica em relação aos espaços ao seu redor. Trata-se da apresentação de um espaço ilusório que espelha todos os outros, os reais. Na verdade, cria-se assim um espaço outro real, perfeito e organizado em desconformidade com os efetivamente construídos. Não é uma heterotopia de ilusão, mas de compensação, como demonstram as

[...] extraordinárias colônias de jesuítas fundadas na América do Sul: colônias maravilhosas, absolutamente organizadas, nas quais a perfeição humana era efetivamente realizada. (...) A aldeia era repartida segundo uma disposição rigorosa em torno de um lugar retangular no fundo do qual havia a igreja; de um lado, o colégio, de outro, o cemitério, e além disso, diante da igreja, se abria uma avenida que uma outra vinha cruzar em ângulo reto; as famílias tinham cada uma sua pequena cabana ao longo dos dois eixos, e assim se encontrava exatamente reproduzido o signo do Cristo (FOUCAULT, 2013b, 424).

Durante as últimas três décadas, o reconhecimento e a apropriação do conceito de heterotopia por diversos autores expressa a tentativa de explicitar a subjetividade espacial (SOJA, 1995; GENNOCHIO, 1995; DUNCAN, 2000; CANAL, 2006; CRAMPTON, ELDEN, 2007; HARVEY, 2007; VALVERDE, 2007, 2009). Geógrafos e teóricos sociais têm se valido do conceito, enxergando nele uma possibilidade de reflexão acerca das lógicas de ordenamento espacial e, principalmente, de superação dos limites analíticos estabelecidos pela geografia moderna.

Foi Edward Soja, em sua proposta de uma geografia crítica discutida em *Geografias pós-modernas* (1989) e em *Thirdspace* (1996), quem recuperou as formulações foucaultianas sobre os espaços heterotópicos. Soja empregou os insumos teóricos foucaultianos para discutir elementos da geografia urbana e, em especial, a cidade de Los Angeles. O autor fez uso da heterotopia para problematizar os *espaços outros* encontrados em diferentes cidades atuais, os quais contestam os modelos e padrões espaciais dominantes durante a Modernidade.

Um dos exemplos explorados por ele diz respeito ao espaço dos sonhos citado por Foucault logo no início do texto *Outros espaços* (2013b). Para Soja, essa imagem da heterotopia relaciona-se ao espaço concebido, ou seja, aquele que denota imagens mentais: os espaços de representação. Embora influenciado pela poética de Bachelard, Foucault afasta-se desses espaços internos de representação para concentrar sua atenção na espacialidade da

vida social. O presídio, o cemitério, o jardim e o museu são, pois, exemplos de espaços efetivamente vividos e produzidos socialmente. Nas palavras do autor (SOJA, 1993, p. 26):

O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a textura das práticas sociais.

Ancorado nos estudos de Henri Lefebvre sobre a dialética da triplicidade, Soja (1996, 1997) sugere uma *triplética* do espaço, ou seja, uma forma de ver a dialética a partir de três elementos: a espacialidade, a sociabilidade e a historicidade. Apoiado nesse argumento, o autor considera primeiramente o espaço material e, em seguida, o mental; de modo que o primeiro corresponderia ao espaço percebido de Lefebvre e o segundo, ao concebido. Analogamente, o terceiro espaço corresponde ao espaço vivido lefebvreano. No entanto, Soja faz uma ressalva, já que este último não se restringe ao espaço experiencial, mas extrapola para espaços relacionados com os tempos vividos, com a história. O que o autor tentou demonstrar é a coexistência entre espaço e tempo. Nesse sentido, Soja (1997, p. 75, tradução nossa) afirma que

[...] ao falar de terceiro espaço estamos falando de uma complexidade plena, de uma maneira totalmente diferente de pensar a geografia. Também quero esclarecer que esse terceiro espaço não é um espaço intermédio. Não é um contínuo entre o pensamento materialista e o pensamento idealista. O que estou propondo é um “repensar” crítico desse dualismo em prol de alcançar uma ruptura do mesmo para que se produza uma abertura e a possibilidade de um pensamento geográfico mais amplo.

O que Soja oferece é uma crítica das análises geográficas modernas, nas quais o alcance e a complexidade das reflexões espaciais são limitados por um dualismo que considera em demasia o primeiro e o segundo espaços. Em oposição a esse modo de pensar, Soja propõe o conceito de terceiro espaço, uma noção equivalente ao espaço vivido de Lefebvre e ao espaço heterotópico de Foucault. Como ele próprio denomina, o terceiro espaço seria o *outro espaço*.

Foucault talvez concordasse com Soja. Na conferência *El tercer espacio. Ampliando El horizonte de la imaginación geográfica* (1997), Soja (p. 76, tradução nossa) parece seguir Foucault ao valorar essa nova perspectiva centrada no espaço vivido.

Nosso espaço vivido está modelado, dominado, pela política e pela cultura, e a dominação e opressão que exercem sobre nós. Então, essa é uma nova consciência que nos leva a uma nova forma de subjetividade. Dessa maneira, os estudos estão abrindo um terceiro reino de ação política radicalizada, centrada e situada na produção social do espaço vivido.

Embora se afilie a um plano teórico distinto do que abordamos, David Harvey foi outro geógrafo que lançou mão das provocações foucaultianas de *Outros espaços*. Em *Espaços de esperança* (2000), Harvey utilizou o texto para refletir sobre a globalização, convidando a pensar por meio de uma imaginação utópica. Esta é uma maneira de pensar por meio da força política da mudança, propondo alternativas que se contrapõem à lógica

destrutiva inerente ao processo de globalização contemporâneo. Harvey discute múltiplas possibilidades, entre elas uma *outridade-especializada*, e, para isso, acentua a importância do pensamento espacial foucaultiano, em especial, o capítulo que trata “dos corpos e das pessoas políticas no espaço global” e o que discorre sobre “o momento utópico”, fazendo menção diretamente ao conceito de heterotopia. De acordo com Harvey (p. 184, tradução nossa),

Foucault assegura-nos abundantes espaços em que a ‘outridade’ [otherness], a alteridade, e, daqui, as alternativas puderam ser exploradas não como meros produtos da imaginação mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as alternativas podem tomar forma e, a partir destes espaços, que uma crítica de normas e de processos existentes pode o mais eficazmente ser montada.

Já em *La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural* (1998), Harvey acreditava que o conceito de heterotopia permite avançar na compreensão da heterogeneidade espacial, ao possibilitar o estudo da história dos espaços nos quais a vida é apropriada de modo distinto. Para ele, trata-se de espaços fomentadores de alternativas. A partir daí, Harvey faz uso do conceito de heterotopia de uma maneira curiosa. Ao abordar os espaços heterotópicos, o autor conduz sua mirada para os espaços múltiplos, justapostos, impossíveis. Para exemplificar tal atmosfera, faz uso do cinema. Em menção ao livro de Brian McHale, *Postmodernist fiction* (1987), elenca dois filmes para ilustrar o modo como a ficção lida com a questão do outro e de outros mundos. Em sua descrição, cita o clássico filme de 1941, *Cidadão Kane*, em que um jornalista busca desvendar o mistério da vida do personagem Charles Foster Kane reunindo múltiplas recordações e perspectivas daqueles que o conheceram. Em seguida, para ilustrar um formato mais pós-modernista de cinema contemporâneo, Harvey (1998, p. 66, tradução nossa) cita o filme *Veludo Azul*, em que

[...] o personagem central debate-se entre dois mundos incompatíveis: o de um pequeno povoado norte americano da década de 1950, com sua escola de ensino médio, a cultura de *kiosco*, e um submundo sexual delirante de drogas, demência e perversão sexual. Parece impossível que esses dois mundos existam no mesmo espaço, e o personagem central se movimenta entre eles, sem saber ao certo qual é a realidade, até que os dois mundos se chocam em uma terrível catástrofe.

A ação que traz em destaque ao relacionar os enredos cinematográficos com o conceito de heterotopia é justamente a do exercício de pensar o espaço como outro além do instituído, comportando diferentes dimensões, um conjunto de “mundos possíveis fragmentados ou, simplesmente, espaços incomensuráveis que se justapõem ou superpõem” (HARVEY, 1998, p. 66, tradução nossa).

No Brasil, os trabalhos que salientam a questão do espaço valendo-se das abordagens apresentadas vão desde os estudos culturais – mais especificamente a crítica feminista e pós-colonial, com destaque para as discussões sobre classe, raça e gênero – aos estudos sobre território e microterritorialidades. Estes últimos apontam para um conjunto de práticas espaciais resultando em distintas disputas por conquista de espaço, traduzindo não só a ocupação do mesmo, mas o próprio controle e governo dos sujeitos.

Com base na abordagem foucaultiana, destacamos ainda a contribuição do trabalho de Rodrigo Valverde (2007; 2009). Sua tese de doutorado marca a originalidade analítica da heterotopia voltada a espaços públicos, consagrando-o como uma das principais referências no Brasil. Valverde apropriou-se do conceito foucaultiano de espaços heterotópicos para questionar o papel da dimensão social na teoria dos espaços públicos. Em sua pesquisa, elegeu três exemplos que manifestam a tendência à heterotopia no Largo da Carioca, região central do Rio de Janeiro: a criação das políticas públicas voltadas àquele espaço, os diferentes usos dos equipamentos urbanos e a organização dos atores sociais na apropriação daquele logradouro.

Embora Michel Foucault não estivesse preocupado propriamente com a definição de um conceito de espaço, problematizou-o em diferentes práticas históricas, as quais permitem pensar o trânsito dos espaços e, até mesmo, o governo das espacialidades pela população que dele faz uso. A partir de representações justapostas e conflitantes em espaços de alto grau de significação social, como o Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, ou o Parque Ibirapuera, em São Paulo, esperamos ser possível ampliar as análises geográficas voltadas aos espaços públicos aliadas à noção de heterotopia.

3 O PARQUE IBIRAPUERA EM ESPACIALIDADES DO CONTEMPORÂNEO

O Ibirapuera é o parque mais significativo da cidade de São Paulo. Nele encontramos uma multiplicidade de opções de lazer cultural e esportivo que são desfrutadas por milhões de frequentadores ao ano.

O Parque está localizado na zona sul de São Paulo e possui algumas características singulares. A primeira delas diz respeito ao constante processo de recodificação pelo qual passaram os parques urbanos contemporâneos. A multiplicidade dos espaços para atividades esportivas, recreação infantil, exposições culturais e artísticas, conservação de recursos naturais e instituições administrativas, exprimem a ressignificação dos espaços e espacialidades decorrentes das variadas funções ali impressas.

A segunda: por se tratar do parque urbano mais representativo da cidade de São Paulo e articulador de uma série de experiências de caráter pedagógico e formativo. Inicialmente, ele foi projetado para sediar os festejos em comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo e, concomitantemente, oferecer opções de cultura e lazer à população. Seus museus, exposições, universidade, viveiro de plantas, parque infantil, ciclofaixa, área para prática de esporte, escola de música, planetário etc. são atravessados por um conjunto de práticas que refletem novas formas de sociabilidade.

Em terceiro lugar, por sua expressividade, tanto pela exposição de seus espaços, que lhe confere ampla e legítima visibilidade, quanto pelo número de frequentadores, o que sugere uma larga repercussão e reverberação das espacialidades e modos de vida ali existentes.

Partimos dessas características singulares para iniciar uma discussão mais ampla em relação à produção de espacialidades contemporâneas e seus traços heterotópicos fugidios. Assim, abordaremos três aspectos, em particular:

- a) a variação funcional dos edifícios do Parque, ocasionada pela instalação, ali, de repartições públicas municipais;
- b) a polifonia nas manifestações de protesto e em espacialidades conflitivas;
- c) a “limpeza” social por meio das questões de gênero e da gentrificação.

Uma vez produzida tal narrativa, estaríamos diante de traços de uma heterotopia urbana, esboçados a partir da eleição de três dos seis princípios básicos que Foucault (2013b) explorou para esclarecer sua compreensão: 1) a variação em razão do tempo e da cultura; 2) a união de múltiplos espaços incompatíveis entre si; e 3) a separação da sociedade, por meio de regras que limitam a entrada e a saída.

As heterotopias variam em razão do tempo e da cultura

No que diz respeito ao primeiro dos três princípios mencionados, Foucault afirmava que, com o passar dos anos, uma heterotopia existente dá lugar a outra, com função divergente da concepção originalmente instituída. Vejamos como isso se passou no Parque Ibirapuera a partir da variação funcional de seus edifícios, ocasionada pela instalação de repartições públicas municipais.

Ao final dos festejos de 1954, a Comissão do IV Centenário transformou-se em Fundação Ibirapuera e manteve o propósito de transformar o Parque em um centro cultural, em especial o agrupamento de edifícios interligados pela sinuosa marquise. Contudo, apesar das aspirações da Comissão, os espaços do Parque que, à época, materializavam os anseios da elite paulistana em seu proclamado ufanismo, ganharam usos e funções distintas após os festejos centenários. A falta de diretrizes na administração dos espaços monumentais ao final das comemorações é a causa mais provável do desvirtuamento dos propósitos da autarquia. Daí resultaram diferentes apropriações dos edifícios, gerando uma anunciada divergência de funções.

Na tentativa de evitar o abandono do local, a primeira medida da Prefeitura Municipal de São Paulo foi ocupar os pavilhões com suas repartições. Na constatação de Oliveira (apud SÃO PAULO, 2007, p. 21), a opção de ocupar os edifícios pela municipalidade, “que ali teria o ‘controle’ de possíveis desmandos na área, era mais bem vista do que o seu distanciamento e conseqüente despreocupação com as edificações”.

Após os festejos, uma parte dos pavilhões começou a ser ocupada por repartições públicas municipais (Processos 6616/1955, 104/1956, 105/1956 e 975/1975), enquanto a outra seguia destinada à promoção de feiras e exposições comerciais, ocorridas nos anos subsequentes à comemoração do quarto centenário.

O processo de descaracterização, por meio da perda de área e de identidade, iniciou-se efetivamente em 1956, com a instalação, por 32 anos, do Gabinete do Prefeito no Pavilhão das Nações, atual Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, onde se encontra hoje o Museu Afro. Em 1959, o prédio que estava destinado ao Museu de Arqueologia de São Paulo foi ocupado pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN), onde hoje se localiza o Museu de Arte Contemporânea (MAC); e a Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo (PRODAM) esteve instalada no Pavilhão das Culturas Brasileiras até 2006. Outras repartições também se distribuía pelo Parque, como as Secretarias de Obras, de Finanças, de Higiene e Saúde e de Educação e Cultura.

A ocupação dos pavilhões por repartições públicas e os embates associados à possível liberação da área ocupada pela Prefeitura atravessaram as décadas de 1960 e 1970. Em 1974, o plano urbanístico apresentado por Burlle Marx, com vistas à melhoria das condições paisagísticas e recreativas do Parque, foi um exemplo categórico dos planos e propostas confabulados na tentativa de resolver o impasse causado pela divergência de funções.

Embora o projeto de Burlle Marx não tenha saído do papel em virtude do elevado valor, cerca de 120 milhões de reais em valores atuais, ele serviu para deflagrar ainda mais os problemas vividos pela gestão daquele espaço. E as chamadas jornalísticas não economizavam as críticas: “Um passeio pelo Ibirapuera, que já foi um parque” (ORNELLAS, 1974); “Ibirapuera, o parque dos fracassos, tem novo plano” (IBIRAPUERA, 1974); “Novo Ibirapuera, três vezes mais caro” (NOVO, 1974).

Junto ao abandono das áreas e edificações do Parque, às dificuldades de gestão do espaço e à descaracterização efetivada a partir de 1956 com a instalação das repartições públicas, somou-se, ademais, uma demanda de estacionamentos e de circulação de pessoas que não estava de acordo com os propósitos almejados por seus idealizadores (KLIASS, 1993). Todos esses elementos supracitados teriam estabelecido uma relação intrínseca com o aumento da insegurança e da criminalidade no local; fatos que foram ratificados nos noticiários da época, especialmente em abril de 1964, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou a pretensão do poder público de dotar a área de policiamento, “com o objetivo de livrar aquela praça de assaltantes, desordeiros e casais suspeitos” (POLICIAMENTO, 1964).

A variação funcional dos edifícios e as decorrentes mudanças naquele espaço passaram a coexistir com lógicas de governo cada vez mais associadas a uma ortopedia social na administração dos desvios e na regulação das condutas. As décadas de 1960 e 1970 demonstraram como o controle da insegurança representaria uma modulação econômica dos comportamentos que reverberaria até os tempos atuais, como veremos seguir.

As heterotopias podem unir múltiplos espaços incompatíveis entre si

Dez anos mais tarde, o cenário do Parque será outro.

A polifonia nas manifestações de protesto e em espacialidades conflitivas trazem à baila práticas desviantes em relação às racionalidades estatais e econômicas de governo

instituídas. A nosso ver, tais circunstâncias suscitaram mais um traço heterotópico no Ibirapuera, em particular, o segundo princípio por nós selecionado.

Em 1984, a campanha Diretas Já reivindicava eleições diretas para presidente da República e denunciava o esgotamento do regime e de seus instrumentos: a violência repressiva, a imposição do controle e a ausência de liberdade civil. Naquele ano, a atmosfera brasileira levou a reivindicações, manifestações e protestos sociais, os quais ocuparam os espaços do Parque. Numerosas foram as ocorrências jornalísticas que faziam menção aos protestos. Notamos, em particular, o acampamento do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983 e sua reverberação em 1984; o movimento por moradia Filhos da Terra, que levou 150 manifestantes ao Parque; a greve de professores e a ocupação do Ginásio Ibirapuera; o acampamento de desempregados diante da Assembleia Legislativa, reivindicando empregos e congelamentos das taxas de água e luz; bem como a ameaça de acampamento dos moradores da favela Buraco Quente em prol de uma remoção urbana adequada.

Decorridos 30 anos dos primeiros registros das manifestações, o Ibirapuera será novamente palco onde se desdobram duas outras iniciativas de protestos que chamaram a atenção do poder público e da sociedade. A primeira diz respeito aos *rolezinhos*, uma série de passeios e encontros organizados por jovens via redes sociais. Esses eventos reuniam de dois a oito mil jovens e aconteceram, principalmente, em *shopping centers* nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Depois de proibidos por liminar da Justiça, os encontros migraram dos shoppings para praças, parques e espaços públicos, de modo que alguns desses encontros foram realizados no Parque Ibirapuera com estimativa de seis mil pessoas presentes (LEITE, 2014).

Atualmente, outros exemplos de produções espaciais que contestam os arranjos configurados e unem múltiplos espaços incompatíveis entre si podem ser conferidos na apropriação da marquise. Um espaço tido por seu criador, Oscar Niemeyer (1952, 2005), como livre e transparente, designado à circulação e passeio entre os pavilhões, é, principalmente nos fins de semana, tomado por skatistas e patinadores. Com sua extensão ampla e plana, a marquise convida ao deslize sobre rodas, e o convite se estende a grupos de adolescentes que ali se reúnem para conversar e paquerar, ou ainda grupos de dança que fazem desse espaço palco para seus ensaios. O que vai falar mais alto não é o zoneamento estabelecido para determinadas funções daquele espaço, mas a coesão de grupos específicos que definem territorialmente diferentes formas de uso e de apropriação do mesmo.

A existência de limites nas relações sociais denota seu caráter espacial, e não apenas as regras de conduta impostas pelo zoneamento do Parque (2007, 2012). Por mais que o zoneamento incite a produção de determinado espaço, são os grupos escolares, os grupos de amigos, os grupos de skatistas, os grupos de corredores, os grupos familiares, que delimitam e se apropriam de seus espaços.

No que diz respeito à tomada em protesto dos espaços e ruas próximas ao Parque, as manifestações indicam uma contraconduta que buscou dar visibilidade aos interesses de

diferentes atores sociais. Por sua vez, às espacialidades do frequentador habitual que corria, andava de bicicleta ou lia um livro, justapor-se-iam a dos desempregados, dos professores grevistas, dos jovens segregados.

A utilização dos espaços do Parque para manifestações e protestos populares também aguçou tensões e subverteu a ordem instituída. Eles mostram-se como condutas geradoras de heterotopias, que se desdobram em um jogo de liberdades irredutíveis a condutas econômicas. O Parque passa a ser o cenário em que liberdades econômicas ou militarmente governadas entrecruzam-se com práticas de resistência e modos de vida recalcitrantes. Contudo, esses elementos em tensão não se anulam, mas coexistem, sobrepõem-se, justapõem-se.

As heterotopias são locais separados da sociedade e com regras que limitam a entrada e a saída

O último traço de heterotopia urbana que gostaríamos de salientar diz respeito às relações de poder expressas no governo das espacialidades em curso no Parque, sendo estas contestadas pela resistência de atores sociais que dão visibilidade a processos de “limpeza” social, principalmente, decorrentes da gentrificação e das questões de gênero.

Sobre isso, o espaço apelidado de Autorama desponta como exemplo emblemático das heterotopias no Ibirapuera. Trata-se de uma área tradicionalmente conhecida como ponto de convivência de grupos LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais –, que funcionou por mais de 30 anos no estacionamento aos fundos do Pavilhão Ciccillo Matarazzo, prédio da Bienal. O nome do lugar é proposital: um apelido associado à pista automobilística em miniatura para carros de brinquedo. Era lá também que, nos bolsões de pistas, motoristas circulavam com seus carros em busca de efêmeros romances. Segundo Zonta (2006), a área de entrada do estacionamento era o local reservado a casais e grupos de amigos; já a área mais afastada, com pouca ou nenhuma iluminação, era destinada à prostituição e ao tráfico.

O local havia sido fechado diversas vezes pela Prefeitura em anos anteriores, em 2006, 2007, 2009 e, definitivamente, em 2013, devido ao aumento da criminalidade. Em adendo às atividades ilícitas como o tráfico de drogas e a venda de bebidas para menores, as queixas incidiam ainda sobre outros problemas, como a prostituição masculina, os atos indecorosos, a falta de segurança devido à pouca iluminação, a presença de vendedores ambulantes e o excesso de barulho.

Assim como a falta de segurança, a prostituição é um tema que se alastra pela história do Parque e que começa a ser noticiado na década de 1970. Embora as ocorrências jornalísticas veiculadas em 1974 façam menção às dificuldades de diferentes ordens vivenciadas pela municipalidade na administração dos espaços monumentais, a ênfase recaía, em grande medida, na falta de policiamento e na prostituição. A situação gerada pela insegurança fazia-se tão presente que, naquele ano, a Prefeitura teria delegado a 15 vigilantes armados a fiscalização das atividades no local, em especial a prostituição feminina constante

nas alamedas próximas ao Gabinete do Prefeito. A rígida fiscalização chegava ao ponto de proibir o frequentador do Parque de se sentar na grama, namorar no bosque ou ainda passear com cachorros pelos gramados (VIGILANTES, 1974). A prostituição próxima ao prédio da Bienal e do Gabinete do Prefeito seguia gerando incômodos na década seguinte (DESRESPEITO, 1984), e, em 1994, despontaram as reclamações concernentes à prostituição e à presença de homossexuais nos espaços do Parque e seus arrabaldes.

Ainda naquele ano, moradores teriam relatado o incômodo causado pela prostituição junto aos espaços do Ibirapuera, afirmando que garotos de programa e travestis causavam desordem. Agora não somente a prostituição feminina, mas, principalmente, a masculina, estavam em destaque. A respeito, o jornal noticiou que 24,8% das queixas de moradores do Jardim Luzitânia, circunvizinho ao Parque, eram sobre a presença de garotos de programa e travestis no bairro (UNES, 1994).

Na década seguinte, *O Estado de S. Paulo* divulgou um mapeamento realizado pela Prefeitura no qual se constatou que metade dos locais de risco no Parque envolviam atos libidinosos e prostituição masculina. Naquela ocasião, Heraldo Guiaro, administrador do Parque, protestou que “não temos pernas para atacar os dois locais ao mesmo tempo [Setor A e Setor B]. A nossa prioridade agora é o Autorama. Ali é guerra de guerrilha” (ALCADE, 2009, p. 37).

A associação da falta de segurança à prostituição pôde ser conferida ainda anos depois, quando, em 2013, a Prefeitura indicou os 15 pontos principais considerados como perigosos (CURY, 2013). Segundo o mapeamento, os locais perigosos no Parque se dividiam em dois: áreas associadas à falta de segurança devido ao excessivo número de assaltos, roubos, furtos de veículos e de bicicletas; e áreas com índices de prostituição masculina, consumo e tráfico de drogas. Interessante observar que nove dos 15 pontos estão associados à prostituição e a atos libidinosos.

Em uma tentativa de vigiar os espaços e espacialidades do Parque, em 2011 e 2012 a Prefeitura instalou 11 câmeras de vigilância com o objetivo de monitorar a entrada e saída do Ibirapuera. A medida, que já havia sido anunciada em 2003, instalou a primeira câmera no Portão 3, uma das entradas de acesso ao Autorama (ALCADE, 2011; RODRIGUES, 2012).

Em 2013, com o fechamento dos portões de acesso à área considerada mais perigosa do Parque, a municipalidade esperava minimizar os problemas relatados, embora a decisão pareça ter ocasionado um efeito inverso ao esperado. Desse modo, novos traços de heterotopia são postos em questão. Isso porque os encontros sexuais seguem acontecendo no Parque, embora em outros espaços, como nas áreas conhecidas como Bananal e Bambuzal, bem como em suas imediações (AUTORAMA LEGAL, 2014).

A questão de gênero, que para alguns frequentadores pode passar despercebida, pode se tornar, para outros, um problema. Por um lado, a decisão de fechamento do Autorama fundou-se no argumento da segurança pública e ancorou-se no sentimento de insegurança disseminado pela indústria do medo; por outro lado, ela reforçou a racionalidade higienista e

segregacionista que esteve presente desde a construção do Parque, acrescida, agora, de seu viés homofóbico. Trata-se de uma homotransfobia institucional aliada aos interesses de setores da sociedade que jogam para as margens os comportamentos considerados desviantes da norma exigida. Heterotopias que se desdobram em novos espaços, novos sujeitos, novas estratégias de governo das condutas, novas contracondutas.

Isso não significa afirmar que há dois posicionamentos antagônicos na conformação desse espaço, a saber, de um lado a população LGBT, de outro, a classe média que reside nas imediações do Parque. Seria reducionista tentar qualificar o fechamento do Autorama simplesmente como um ato homofóbico ou moralista. O fato é que, sendo o Autorama um espaço público, o fechamento ou limitação de horário pela justificativa da falta de segurança acabou por banir o direito de ir e vir da população, fosse ela LGBT ou não. Além do mais, a lógica do cerceamento muitas vezes cria a confusão de considerar o bem público como uma extensão da posse privada dos que dele fazem uso, independentemente da classe social a que pertençam.

O que está em discussão é o fato de a própria comunidade LGBT aqui também se articular a uma lógica que dita regras e modos de ser, de seguir gerenciando condutas moduladas por uma lógica bioeconômica. Agindo desse modo, ela não foge da pulverização de mecanismos de normalização social que ditam modos de subjetivação. Ao mesmo tempo em que luta em prol de uma suposta liberdade, também cria mecanismos de governo que subjetivam, modulam e educam, contradizendo-se em seus intentos de liberdade por meio da busca de novas identidades. Trata-se de um jogo instável entre governantes e governados.

O governo das espacialidades estabelece-se assim por e com a liberdade, a despeito das aparências em contrário. E isso mostra-se claramente no caso do Autorama: ao mesmo tempo em que a presença é ali inibida, possibilita-se o controle nos espaços abertos do Parque de modo flexível e contínuo via monitoramento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos como os que foram aqui descritos – a variação funcional dos edifícios do Parque, a polifonia nas manifestações de protesto e em espacialidades conflitivas, bem como a “limpeza” social por meio das questões de gênero e da gentrificação – sugerem desvios em relação às malhas do poder no que se refere ao controle de espaços e espacialidades do Parque Ibirapuera. Eles permitem pensar que tais desvios sociais não mais se restringem a uma população maleável economicamente, mas são, além disso, manifestações micropolíticas de resistência a determinadas práticas de subjetivação. Os gestos de ocupação do espaço ressoam na produção de um campo de liberdade: espaço transgressor, móvel, de circulações alternativas às até então vigentes.

Por um lado, identificamos um modo de governo que translada a passagem da ortopedia social ao controle social do espaço e das condutas; este, por sua vez, dá-se pelo isolamento do desvio e pela modulação econômica por ele gerada. Por outro lado, detectamos

também que aí despontam rastros de uma heterotopia urbana como respostas às tentativas de governo, como imaginações criativas que, posicionando-se no desvio e em modos de existência possíveis, interpelam os modos de controle vigentes.

Isso se revela no fato de que, por mais que a municipalidade invocasse uma modulação dos espaços e das condutas espaciais, o próprio cotidiano heterotópico do Parque provocava suas fugas, induzia a sobreposição, criava suas sincronias próprias. O espaço relacional, característico das heterotopias, não somente comunga com as prescrições instituídas pelo poder público ou pelas lógicas de mercado, mas principalmente com os interesses de seus frequentadores, seus objetivos e anseios. Daí deriva uma função social outra do espaço, a qual não seria aquela amparada nos esquemas normalizadores do mesmo, mas nas relações sociais que o instituem.

Trata-se, assim, de contracondutas cotidianas que mantêm viva a produção de novos espaços pela incitação de diferentes usos e modos de circulação e de apropriação, estimulando experiências espaciais outras. No caso do Parque Ibirapuera, o vitalismo dos espaços heterotópicos mostra-se na ação não planejada sobre a espacialidade por seus frequentadores e na constante renovação dos arranjos de organização socioespaciais; movimentos estes que promovem novas perspectivas no que se refere ao trabalho analítico devotado às espacialidades urbanas, em favor de uma compreensão alargada dos vínculos que se estabelecem entre espaço, governo, resistência e (re) criação espaciais.

REFERÊNCIAS

ALCADE, Luísa. Câmeras ficarão do lado de fora do Ibirapuera. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, C5, p. 31, 27 jun. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Fz8BIE>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ALCADE, Luísa. Autorama pode virar área verde. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, C3, p. 37, 09 out. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/dzRW34>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

AUTORAMA LEGAL. **Proposta do Conselho LGBT Paulistano de reforma do Autorama**. São Paulo: Conselho LGBT Paulistano, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/z9MBID>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

CANAL, María Inés García. **Espacio y poder: El espacio en la reflexión de Michel Foucault**. Coyoacán-México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. Disponível em: <http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/1-1pqx.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CRAMPTON, Jeremy W.; ELDEN, Stuart. **Space, knowledge, and power: Foucault and geography**. Cornwall: Ashgate, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/6S7ufK>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CURY, Guilherme. Vai treinar no Parque do Ibirapuera? Conheça as áreas perigosas! **Vestindo Saúde**, São Paulo, SP, 01 fev. 2013. Disponível em <<http://goo.gl/dmNrhC>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

DESRESPEITO começa na área oficial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 18, 18 nov. 1984. Disponível em: <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

DUNCAN, James. Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 61-83.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**. As heterotopias. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013a.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos III**. Tradução de Inês Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 414-424, 2013b. Disponível em: <<http://goo.gl/3cb95n>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GENOCCHIO, Benjamin. Discourse, discontinuity, difference: the question of ‘Other’ spaces. In: WATSON, Sophie; GIBSON, Katherine (Ed.). **Postmodern cities and spaces**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/26CHVM>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

HARVEY, David. The Kantian Roots of Foucault’s Dilemmas. In: CRAMPTON, Jeremy. W.; ELDEN, Stuart. **Space, knowledge, and power: Foucault and geography**. Cornwall: Ashgate, p. 41-47. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/6S7ufK>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. 303 p. Disponível em: <<http://goo.gl/RGaiyz>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Tradução de Martha Eguía. Buenos Aires: Amorrortu Editores S.A., 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/pe3aCm>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

IBIRAPUERA. O parque dos fracassos, tem novo plano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 44, 17 abr. 1974. Disponível em: <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LEITE, Fabio. Após reunião com Netinho, jovens anunciam ‘rolezinho’ no Parque Ibirapuera. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 13 fev. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/83pxvz>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

NIEMEYER, Oscar. **Oscar Niemeyer**. Minha arquitetura 1937-2005. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

NIEMEYER, Oscar. **Ante Projeto da exposição do IV Centenário de São Paulo**. São Paulo: Dante G. Paglia, 1952.

NOVO Ibirapuera, três vezes mais caro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 17, 26 jun. 1974. Disponível em: <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ORNELLAS, Francisco. Um passeio pelo Ibirapuera, que já foi um parque. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 32, 12 abr. 1974. Disponível em <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

POLICIAMENTO no Parque do Ibirapuera. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 17 abr. 1964. Disponível em: <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

RODRIGUES, Artur. Ibirapuera ganha nove câmeras high-tech. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C 5, p. 41, 06 set. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/27FxeC>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Plano Diretor do Parque Ibirapuera e Minuta apresentada ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH)**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Regulamento do Parque**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012.

SOJA, Edward. El tercer espacio. Ampliando el horizonte de la imaginación geográfica. **Geographikós**, Buenos Aires, n. 08. 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/kTMLRc>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOJA, Edward. **Thirdspace: a journeys to Los Angeles and other real and imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/YDSFkX>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOJA, Edward. Heterotopologies: a remembrance of other spaces in the citadel of L.A. In: WATSON, Sophie; GIBSON, Katherine (Ed.). **Postmodern cities and spaces**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/26CHVM>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

UNES, João. Prostituição junto a parque causa incômodo a moradores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Z3, p. 83, 06 mai. 1994. Disponível em <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Sobre espaço público e heterotopia. **Revista Geosul**, Florianópolis, SC, v. 24, n. 48, p. 07-26. jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/0DwgaW>>. Acesso em: 30 ago. 2016. ISSN 2177-5230.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca**. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, RJ. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/g4tPvv>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

VIGILANTES chegam ao Ibirapuera para afastar as crianças. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 27, 16 mai. 1974. Disponível em <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ZONTA, Natália. Depois da festa, polícia abandona Autorama. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, C4, p.61, 11 mar. 2006. Disponível em <<http://goo.gl/5M6eA>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ANA PAULA NUNES CHAVES

Professora Adjunta - Departamento de Geografia
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Florianópolis, SC – Brasil
E-mail: apegeografia@yahoo.com.br

JULIO GROPPA AQUINO

Professor Titular - Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação
Universidade de São Paulo - USP
São Paulo, SP – Brasil
E-mail: groppaq@usp.br

Recebido em: 30/08/2016**Aprovado para publicação em:** 20/09/2016***Como citar este documento:***

CHAVES, Ana Paula Nunes; GROPPA AQUINO, Júlio. Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 802-819, nov. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646408>>. Acesso em: 16 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i4.8646408>.
